

# A construção de sistemas alimentares camponeses em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

Camila Ferracini Origuéla

**Como citar:** ORIGUÉLA, Camila Ferracini. A construção de sistemas alimentares camponeses em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. *In:* FERNANDES, Sílvia Aparecida de Sousa; FERNANDES, Bernardo Mançano; SANSOLO, Davis Gruber (org.). **Educação do campo, soberania alimentar e agroecologia: o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.227-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-415-8.p227-246>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## CAPÍTULO 9

# A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES CAMPONESES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

*Camila Ferracini Origuéla*

### INTRODUÇÃO

O artigo em questão apresenta os resultados da tese “Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul”, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O objetivo principal da tese foi estudar experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos convencional e agroecológico desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio Grande do Sul, assim como os

conflitos e as contradições que envolvem esses processos. Analisou-se em que contextos e sob quais condições ocorre a subordinação do campesinato ao sistema alimentar capitalista e, por outro lado, em que contextos e sob quais condições os camponeses não só resistem, mas constroem estratégias que proporcionam maior autonomia na produção de alimentos.

A partir dos resultados obtidos na tese, o objetivo deste artigo é analisar a construção de sistemas alimentares camponeses em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Para isso, analisou-se a produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)<sup>1</sup>. Um dos casos analisados é o da produção de hortaliças agroecológicas que ocorre nessa região desde a década de 1980, período em que os primeiros assentamentos rurais foram criados. O outro caso estudado foi o da produção de arroz agroecológico, introduzido no final dos anos 1990, quando uma crise econômica afetou o cultivo convencional. Desde a transição agroecológica, os assentados organizados em grupos gestores, coletivos de produtores e cooperativas agrícolas estão construindo seus próprios sistemas alimentares, avançando nas técnicas e tecnologias, na certificação agroecológica, na industrialização e comercialização desses alimentos.

Compreender como os camponeses assentados na RMPA passaram de uma condição de subordinação ao sistema alimentar capitalista para uma condição de autonomia em relação a esse contribui com os estudos sobre as formas de reprodução e resistências camponesas na contemporaneidade. Ou seja, como os camponeses, mesmo em um contexto de subordinação, privação e marginalização, estão construindo práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias em relação às amarras do capital. E como, em alguns casos, essas resistências territoriais constituem os alicerces de sistemas alimentares camponeses.

Para a elaboração deste capítulo, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas semi-estruturadas com camponeses assentados na RMPA, membros das

---

<sup>1</sup> A RMPA é formada por 33 municípios. Em oito deles existem assentamentos rurais, que são: Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. No total são 17 assentamentos rurais e 1.172 famílias assentadas.

cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membros de instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS/Ascar) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, envolvidos direta ou indiretamente na produção de alimentos agroecológicos. A quantidade de entrevistas realizadas seguiu os parâmetros de diversificação – entrevistas realizadas com diferentes informantes-chave – e saturação – quando os argumentos presentes nas entrevistas começam a se repetir (Camargo; Gelin, 1974 *apud* Marre, 1991).

O artigo está organizado em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, discutiu-se o uso camponês do território a partir da construção de (multi)(pluri)territorialidades camponesas. Essas podem ser subordinadas e/ou autônomas dependendo das relações estabelecidas entre elementos internos e externos à unidade de produção camponesa. Na segunda, analisou-se o processo de territorialização das experiências agroecológicas na RMPA nas décadas de 1980 e 1990. Ou seja, em que contexto os camponeses passaram de uma condição de subordinação ao sistema alimentar capitalista para uma condição de autonomia em relação a esse. Por fim, na terceira, analisou-se a construção de sistemas alimentares camponeses baseados na reforma agrária, na agroecologia e na soberania alimentar.

## **O USO CAMPONÊS DO TERRITÓRIO**

Existem dois modelos de produção de alimentos e, conseqüentemente, de apropriação dos ecossistemas, o camponês e o capitalista. O primeiro surgiu há 10 mil anos a partir do aprendizado humano sobre o cultivo de plantas, a domesticação de animais e o domínio de alguns metais. O segundo surgiu há cerca de 200 anos como resultado da revolução industrial em alguns países do Norte Global (Mazoyer; Roudart, 2010; Toledo; Barbera-Bassols, 2015). Nos países do Sul Global, como é o caso do Brasil, a consolidação do modelo capitalista na agricultura ocorreu a partir da

década de 1960 com a Revolução Verde. Ao se expandir, o modo capitalista de produção ocasionou o distanciamento da agricultura dos ecossistemas e das culturas locais e regionais, a desconexão entre a produção e o consumo de alimentos e a padronização de hábitos alimentares (Guzman, 2012).

Nesse modelo, é o capital que determina o que deve ser produzido, como deve ser produzido e onde deve ser vendido. Tudo isso em escala global. Como consequência, nestas últimas décadas, teve-se a constituição do sistema alimentar capitalista, um sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos determinado por empresas transnacionais, grupos do agronegócio e redes de varejo. Isso com a contribuição de práticas de infraestrutura e engenharia, mecanismos de estado, instituições multilaterais e conhecimentos científicos, como salienta Ploeg (2008) ao abordar o que denomina de impérios alimentares. É um sistema que determina, portanto, os usos dos territórios. É nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e campesinato que territórios são disputados e construídos, gerando conflitualidades (Fernandes, 2008).

A territorialização corresponde à apropriação social de um fragmento do espaço através de relações de poder, produzindo territórios e territorialidades. Essa, por sua vez, corresponde aos sistemas de relações entre os homens e entre esses e a natureza (Raffestin, 1993).

Saquet (2015, p. 33) compreende que:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espácio-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc.

Os territórios camponeses são diferentes dos territórios capitalistas. Isso porque eles possuem lógicas, racionalidades, intencionalidades

distintas. Enquanto os territórios capitalistas objetivam a reprodução ampliada do capital, os territórios camponeses objetivam a reprodução da família. A territorialização do capital na agricultura produz tanto a desterritorialização como a reterritorialização do campesinato. Por intermédio de suas lutas, os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais se territorializam, conquistando os assentamentos rurais, territórios de resistência camponesa. Entretanto, após o acesso a terra, os camponeses se reproduzem numa relação de subordinação com o capital. Isso porque na unidade de produção camponesa a mercadoria é a renda da terra, o produto do trabalho familiar. Desse modo, o camponês se insere no mercado pelo seu produto, ou seja, pelo trabalho contido no seu produto.

É a partir da sujeição da renda da terra que o capital adentra o universo camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios. A subordinação do campesinato é ainda maior quando a família adere ao cultivo de *commodities*, com intensa utilização de sementes industrializadas, especialmente transgênicas, e de agrotóxicos, e aos sistemas de integração com empresas, como ocorre nos casos da produção de aves, suínos e fumo no Sul do Brasil, por exemplo. É o que Roos (2015) denomina de territorialidade do agronegócio em território camponês. Nesses casos, o sistema alimentar capitalista define como os alimentos devem ser cultivados, determinando as técnicas, as tecnologias e os tempos da produção camponesa.

Esse movimento no espaço-tempo produz territorialidades em disputa, de um lado a capitalista, de outro a camponesa. Origuéla (2019), por sua vez, trabalha com a ideia de (multi)(pluri)territorialidades subordinadas e/ou autônomas. As territorialidades camponesas são construídas a partir das relações desenvolvidas na unidade de produção e entre essa e o contexto em que ela está inserida. É o que Ploeg (2016) compreende como equilíbrios internos e externos à unidade camponesa. De acordo com Origuéla (2019), na unidade de produção camponesa as relações que se destacam são entre o camponês e a natureza, nas técnicas e tecnologias empregadas na produção de alimentos, e entre os próprios camponeses, no trabalho familiar e suas diferentes formas de organização social e econômica. Nas relações externas, destacam-se as relações entre a

unidade de produção e o contexto agrário, os movimentos socioterritoriais e as políticas públicas.

Nos casos em que o sistema alimentar capitalista determina os usos dos territórios camponeses, têm-se territorialidades subordinadas. E nos casos em que os camponeses definem os usos dos seus territórios, têm-se territorialidades autônomas. Todavia, na maioria das vezes, é possível encontrar ambas em um mesmo território, tanto acontecendo ao mesmo tempo como em tempos diferentes, constituindo as (multi) (pluri)territorialidades subordinadas e/ou autônomas. Isso pode acontecer quando os camponeses são subordinados na produção de um determinado produto e autônomos na produção de outro ou quando eles passam de uma condição de subordinação para uma condição de autonomia. Esse último é o mais comum na realidade. Têm-se casos em que os camponeses produzem arroz ou leite de maneira convencional e hortaliças de maneira agroecológica, comercializando-as em feiras e lojas da reforma agrária ou em programas institucionais.

Em um contexto de ascensão de um sistema alimentar capitalista, a tendência é os camponeses reproduzem territorialidades cada vez mais subordinadas. Isso porque, as técnicas e tecnologias agrícolas, o processamento de alimentos e o acesso aos mercados são determinados por esse sistema, tornando a unidade de produção camponesa vulnerável aos ditames do capital. Quanto mais vulnerável, maior a probabilidade de endividamento do campesinato. Nessa condição, os camponeses se afastam da natureza, dos saberes e das culturas locais e regionais, levando-os, muitas vezes, à desterritorialização. São relações de sujeição ao capital industrial, comercial e financeiro. São territorialidades subordinadas. Muitas vezes, além da pressão externa exercida pelo capital, os camponeses enfrentam problemas internos, como o envelhecimento da família e a falta de mão de obra, o que leva muitos deles a se renderem ao pacote tecnológico do agronegócio e a suas propostas de integração.

No entanto, é justamente no cerne do processo de sujeição que os camponeses resistem, se organizam e constroem alternativas baseadas em outros usos do território. É um uso baseado no modo de vida e produção camponês. Numa relação de coprodução com a natureza (Toledo, 1992). No

saber camponês. Nas técnicas e tecnologias camponesas. Na autonomia da unidade de produção camponesa. Nas diferentes maneiras de organização social e econômica desses sujeitos. Na construção de agroindústrias camponesas. Na organização de mercados populares, onde as relações entre aqueles que produzem e aqueles que consomem são horizontais. Quando mais o camponês se aproxima da agroecologia e soberania alimentar, se organiza em grupos, coletivos, associações e cooperativas, aproximando-se de outros camponeses e dos consumidores, maior é o seu poder sobre o que ele produz e comercializa. São territorialidades cada vez mais autônomas.

À medida que as territorialidades autônomas avançam em assentamentos rurais e em diferentes regiões de um estado, como é o caso da RMPA, têm-se a constituição de sistemas alimentares camponeses. De acordo com Origuéla (2019), nesses sistemas a produção, a distribuição e o consumo de alimentos são determinados, ou controlados, pelos camponeses em aliança com os consumidores. São sistemas agroecológicos nos quais os camponeses produzem em coevolução com a natureza as sementes e os alimentos. São sistemas gestados pelos camponeses organizados em grupos de famílias, coletivos de produtores, grupos gestores, associações e cooperativas. Os camponeses decidem como será a organização das safras, das certificações, do uso dos maquinários, das agroindústrias e cooperativas. São eles que constroem em conjunto com os consumidores diferentes redes e espaços de comercialização de alimentos. É um sistema no qual as relações entre os camponeses e a natureza, entre os próprios camponeses e entre esses e os consumidores são horizontais.

## **DA SUBORDINAÇÃO AO SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA À AGROECOLOGIA**

Na década de 1980, agricultores oriundos do estado de Santa Catarina, os chamados “catarinas”, se estabeleceram na região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de arrendar terras para a produção de arroz. Eram camponeses financiados pelos engenhos de arroz catarinenses. Rapidamente, vários deles se tornaram grandes produtores de arroz no Rio

Grande do Sul. Por ser uma área de várzea que fica inundada durante um período do ano, a região era favorável ao cultivo de arroz. É uma área que ocupa aproximadamente 5,4 milhões de hectares, sendo destinada ao cultivo de arroz, à pastagem e, em menor escala, ao cultivo de grãos, como o milho e a soja (Martins, 2017).

No mesmo período em que os “catarinás” iniciaram o cultivo de arroz na RMPA, camponeses sem-terra oriundos do norte e nordeste do estado começaram a ocupar terras na região, pressionando o poder público na criação de assentamentos rurais. Após a conquista da terra, os camponeses não sabiam produzir alimentos em áreas várzea, visto que o solo de suas regiões de origem era completamente diferente. Além disso, encontravam-se totalmente descapitalizados e os assentamentos rurais careciam de infraestrutura básica. A alternativa encontrada por alguns camponeses foi arrendar parte do seu lote aos “catarinás”. Outros, porém, iniciaram a produção de arroz por conta própria, organizando-se, mais tarde, em cooperativas. Aqueles que arrendaram parte de suas terras aos “catarinás” se afastaram do movimento socioterritorial responsável pelas ocupações de terra na região, o MST. Por sua vez, aqueles que iniciaram o cultivo de arroz organizaram um dos principais instrumentos de resistência dos camponeses organizados por esse movimento, as cooperativas.

Concomitantemente a isso, os camponeses começaram a produzir hortaliças para o autoconsumo, comercializando o excedente. A maior parte das famílias não usavam agrotóxicos na produção dessas hortaliças, ou quando usavam era muito pouco, o que facilitou, logo no início da década de 1990, a expansão de uma agricultura chamada de alternativa. Dois fatores contribuíram significativamente para isso. O primeiro foi a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas às questões ambientais nos assentamentos rurais da RMPA. Os camponeses eram conscientizados sobre a necessidade de se construir outro tipo de agricultura, cada vez menos dependente do modelo difundido pela Revolução Verde. O segundo foi o surgimento de feiras ecológicas no município de Porto Alegre a partir da atuação dessas ONGs no espaço urbano. O objetivo das feiras era realizar um comércio justo de alimentos

saudáveis. Além de continuarem existindo nos dias de hoje, essas feiras estão presentes em toda a região metropolitana.

Em 1998, a produção de arroz entrou em crise levando à falência grande parte dos “catarinás” e, por consequência, dos camponeses. Nesse mesmo período, ocorreu a insolvência financeira da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), inadimplente por não pagar os financiamentos adquiridos junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) (Martins, 2017). Os camponeses que arrendavam parte de suas terras perderam seus aluguéis e os camponeses que produziam arroz estavam completamente endividados (Medeiros *et al.*, 2015). A crise se deve ao fato de os preços do arroz caírem significativamente no mercado, não permitindo o pagando dos custos de produção que eram elevados. É nesse contexto de empobrecimento e endividamento daqueles que cultivavam arroz e, por outro lado, de expansão da produção de hortaliças agroecológicas que um ano depois os camponeses começaram a implantar outras técnicas produtivas, dando início ao plantio de arroz pré-germinado sem a utilização de agrotóxicos.

Tanto os camponeses que arrendam parte dos seus lotes como aqueles que produzem arroz de maneira convencional encontravam-se em uma condição de subordinação. Isso porque a territorialização desses sujeitos ocorreu a partir da construção de territorialidades subordinadas. Ou seja, de territorialidades impostas pelo sistema alimentar capitalista. Nesses casos, embora o território seja camponês, pois as relações são familiares e visam a reprodução da família, as técnicas e tecnologias, os conhecimentos, o gênero agrícola cultivado, a industrialização, a logística e o mercado são determinados pelo sistema alimentar capitalista. Entretanto, no caso do arroz, fatores internos e externos à unidade de produção camponesa contribuíram para que os camponeses obtivessem maior autonomia no processo produtivo.

Conforme mencionado, um dos fatores externos foi a crise econômica na produção de arroz. Os custos de produção e o preço final dos produtos não são definidos pelos produtores, mas sim pelo mercado, pelas empresas transnacionais que controlam a produção de maquinários

e insumos agrícolas, pelas agroindústrias que controlam o processamento e pelas redes de varejo que comercializam os produtos. Todavia, é um fator que têm desdobramentos na unidade de produção camponesa. Se os custos de produção são altos e os preços do produto caem os camponeses empobrecem e/ou se endividam. Nesse caso, a alternativa encontrada pelos assentados na RMPA foi a redução do custo da produção, produzindo sem a utilização de insumos químicos. A experiência das hortaliças foi fundamental para que isso acontecesse, pois forneceu o conhecimento necessário para o cultivo de alimentos livres de agrotóxicos.

Outro fator externo importante foi a criação da Via Campesina em 1992, um movimento transnacional de camponeses da América, África, Ásia e Europa. A seção brasileira da Via Campesina, da qual o MST faz parte, foi oficializada em 1999. A Via Campesina pode ser caracterizada como uma constelação de organizações camponesas que dialogam sobre diferentes saberes e modos de saber e fazer agricultura, construindo, assim, leituras da realidade, agendas de lutas e ações coletivas (Martínez-Torres; Rosset, 2014). Uma de suas mais importantes ações consiste na construção da soberania alimentar que pode ser definida como o direito à alimentação, à produção de alimentos, à definição das políticas agrícolas, à diversidade produtiva e cultural dos povos e ao comércio justo (Via Campesina, 1996). Um de seus alicerces é a agroecologia, caracterizada como diversidade de técnicas e tecnologias alicerçadas nos conhecimentos tradicionais, nas culturas e geografias que permitem a produção de alimentos e fibras em consonância com os ecossistemas.

Ao compor a Via Campesina Internacional, o MST passou a dialogar com movimentos e organizações camponesas de diferentes regiões do planeta, construindo agendas e propostas de lutas em comum. Uma dessas, que tem como objetivo transformar o sistema alimentar hegemônico, é a soberania alimentar. Logo, os camponeses organizados pelos MST passaram a incorporar tal proposta em suas lutas, ações e resistências. Sendo a agroecologia um dos alicerces da principal proposta da Via Campesina, a sua expansão nos territórios camponeses de todo o mundo é fundamental, tornando-se, atualmente, uma das principais bandeiras de luta do MST no

país e, principalmente, no Rio Grande do Sul. As práticas agroecológicas aproximaram politicamente o MST dos camponeses assentados no estado.

Dois outros fatores internos foram fundamentais para a ascensão da produção agroecológica nos assentamentos rurais. Primeiro, a necessidade de se preservar o ecossistema local. Um exemplo é o assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão, que está localizado em uma unidade de conservação ambiental, o Banhado dos Pachecos. Nessa porção do território gaúcho, os assentados só podem produzir alimentos agroecológicos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável pela fiscalização. Segundo, o adoecimento da população camponesa devido à utilização de agrotóxicos nas lavouras de arroz. Para os assentados, alguns problemas de saúde que os membros de suas famílias enfrentaram ou enfrentam estão associados ao uso excessivo de agrotóxicos ao longo de suas vidas. Pode-se afirmar que a produção agroecológica foi a solução encontrada pelos camponeses e MST para os seus problemas econômicos, políticos, ambientais e de saúde.

Por último, outro fator externo fundamental para a expansão e consolidação da produção de alimentos agroecológicos na RMPA foi a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa. Primeiro, as políticas públicas permitem que os territórios camponeses sejam dotados de infraestrutura, objetos e instrumentos necessários à produção de alimentos, fazendo com que esses sujeitos não dependam do sistema alimentar capitalista para ter acesso a eles. Segundo, permitem aos camponeses o acesso à educação básica e ao ensino superior, contribuindo com o aperfeiçoamento dos saberes camponeses e com a construção de novos conhecimentos, atendendo, dessa forma, as necessidades das famílias assentadas. Terceiro, permitem aos camponeses o ingresso em mercados institucionais e a organização de mercados populares. Nesse sentido, as políticas públicas se tornam cada vez mais importantes na construção de territorialidades autônomas.

A unidade de produção camponesa é governada por um conjunto de equilíbrios ou de tentativas de alcançá-los (PLOEG, 2016). E é na tentativa de equilibrar diferentes elementos, internos e externos, que as territorialidades subordinadas e/ou autônomas são construídas por esses

sujeitos. Entretanto, independentemente do tipo de territorialidade, os equilíbrios objetivam a manutenção da unidade de produção camponesa, a reprodução da família em sua parcela de terra. Para isso, a busca por melhores rendimentos é constante. O arrendamento dos lotes para os “catarinás”, a produção de arroz convencional e, mais recentemente, a produção de arroz agroecológico podem ser apreendidos a partir dessa lógica. O camponês se reproduz em uma condição de subordinação ou em uma condição de autonomia, dependendo das relações, ações, práticas e resistências construídas. Em todos os casos o objetivo principal consiste na reprodução da vida, da família, na manutenção da terra, na produção de alimentos.

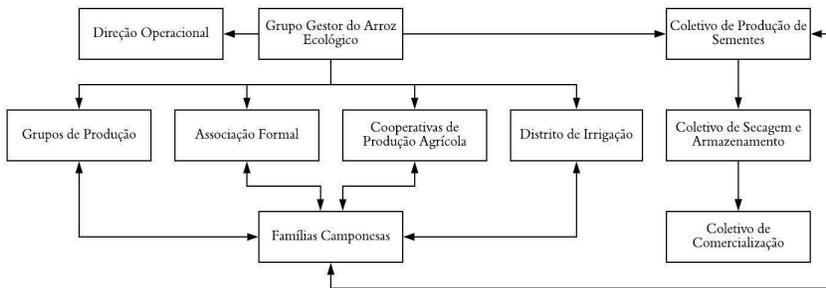
## **DA AGROECOLOGIA AOS SISTEMAS ALIMENTARES CAMPONESES**

Com o avanço da produção agroecológica em alguns assentamentos rurais, em 2002 os camponeses organizaram o Primeiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento dialogaram sobre os princípios da agroecologia, apresentando os avanços e desafios das experiências em andamento. Também definiram que a COOTAP deveria ser reestruturada, atuando na secagem, no armazenamento e comercialização do arroz. Mais tarde, em 2004, no Terceiro Seminário do Arroz Ecológico é criado o Grupo Gestor do Arroz Ecológico. O grupo gestor é um espaço de planejamento das safras, socialização dos avanços e desafios e democratização das decisões. O grupo gestor pressupõe a construção de relações mais horizontais entre camponeses. Nesses espaços os camponeses são forçados a pensar, tomar decisões, superar desafios e agir coletivamente. Eles possuem algo fundamental à autonomia, poder de decisão.

Conforme o organograma 1, grupo gestor é formado por diferentes esferas organizativas. Dentre essas, os coletivos merecem destaque. O coletivo de produção de sementes é formado por 51 famílias assentadas que produzem 75% das sementes utilizadas no cultivo do arroz. Como o cultivo exige muitos cuidados, somente algumas famílias estão aptas a desenvolver esse trabalho. O coletivo das cooperativas que secam e

armazenam a produção é formado pelas cooperativas agropecuárias, além da COOTAP, que se responsabilizam pelo transporte da produção até a unidade de secagem e armazenamento. O coletivo de comercialização é composto pelas cooperativas que se responsabilizam pela comercialização do arroz tanto através de políticas públicas como da criação de mercados camponeses.

### **Organograma 1 – Organização do Grupo Gestor do Arroz Ecológico**



Fonte: Origuéla (2019, p. 198).

No momento de criação dos grupos gestores do arroz e das hortaliças, os camponeses decidiram que era necessário mobilizar outras famílias para produzirem agroecologicamente, além de obter autonomia em todo o processo de produtivo do arroz, das sementes aos mercados. Os primeiros passos nesse sentido foram o aluguel de maquinários e instrumentos utilizados na colheita e secagem de arroz e a certificação orgânica, visto que o arroz era vendido como se fosse convencional.

A certificação orgânica do arroz é realizada por auditoria. Para isso, uma certificadora é contratada. Nesse caso, os camponeses possuem um sistema de controle interno por grupo, no qual a inspeção é realizada por cerca de 20 inspetores. Todos os inspetores participam de um curso de capacitação para realizar esse trabalho. Uma parte deles é formada por produtores de arroz, outra por filhos de produtores, os jovens assentados. Depois disso, no final do ano, a certificadora contratada avalia se o trabalho realizado é válido ou não. A certificação das hortaliças ocorreu mais tarde, entre 2009 e 2010. Ela ocorre via controle social. Nesse caso, os

assentados organizados em pares são os responsáveis pelas visitas técnicas. Todos os envolvidos são capacitados para a realização dessa atividade. Além de permitir que os alimentos sejam vendidos com selo de orgânico, a certificação contribui com o surgimento de novas formas de organização social, com a participação dos jovens nas atividades de certificadoras e com a ampliação dos conhecimentos agroecológicos nos assentamentos rurais.

O cultivo de arroz agroecológico ocorre através das chamadas parcerias entre os camponeses assentados. As parcerias são práticas em que um produtor é responsável pela produção de um conjunto de famílias. Isso ocorre porque existem casos em que nem todas as famílias podem se dedicar ao cultivo de arroz, e como as áreas de lavoura são coletivas não tem a necessidade de todos os assentados se envolverem. Assim, a gestão do banhado onde fica a produção de arroz é coletiva. O valor pago e todos os outros detalhes são definidos pelos camponeses antes do plantio. A parceria se torna uma prática interessante ao se levar em consideração o envelhecimento dos assentados e/ou a falta de mão de obra nos lotes. Nesses casos, para participar desse tipo de cultivo os camponeses precisam firmar parcerias com outros que possuem condições de produzir. Por outro lado, embora as decisões sejam de comum acordo, a parceria afasta uma parcela dos camponeses do processo produtivo, ou seja, da prática agroecológica. O plantio e a colheita do arroz agroecológico ocorre através do aluguel de maquinários disponibilizados pelas cooperativas.

Na produção de hortaliças é diferente. Como é um tipo de cultivo que exige muita mão-de-obra, a maior parte da família se envolve no plantio, processamento e/ou comercialização. É comum ver o casal, ou o pai/mãe e os filhos cultivando mudas, hortaliças e as vendendo nas feiras que ocorrem na RMPA. Pode acontecer de uma mesma família possuir parceria na produção de arroz e se dedicar integralmente às hortaliças, por exemplo. Essa mesma família pode, também, produzir arroz e hortaliças de maneira agroecológica, mas leite de maneira convencional. Nesses casos, têm-se (multi)(pluri)territorialidades subordinadas e autônomas.

Depois de colhido, o arroz agroecológico é transportado até as unidades de secagem e armazenamento. Existe uma unidade no assentamento Lanceiros Negro. Essa unidade pertence aos assentados, é gerenciada pelas

cooperativas. Ter o controle da secagem aumentou significativamente a autonomia dos assentados. Até isso acontecer, o arroz agroecológico era secado e armazenado junto com o convencional em estruturas alugadas, não podendo ser comercializado enquanto tal. Para o processamento das hortaliças, recentemente foi inaugurada a agroindústria de vegetais Terra Livre. Na agroindústria, os vegetais serão limpos, descascados, cortados e embalados a vácuo. Já as frutas transformadas em polpas para a produção de sucos e geleias.

A expansão da produção de arroz e hortaliças agroecológicas não seria possível sem a existência dos mercados institucionais. Um dos grandes gargalos da produção camponesa sempre foi a venda de seus produtos. Com o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) os camponeses tinham onde vender aquilo que produziam. Se as políticas de compras públicas não existissem, provavelmente os camponeses assentados na RMPA não teriam chegado ao nível de organização e autonomia no processo produtivo a que chegaram. O PNAE foi criado em 1983, mas a sua origem remonta ao ano de 1954 com a Campanha da Merenda Escolar no governo de Getúlio Vargas, e o PAA em 2003 como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação. Através de chamadas públicas as propostas de produção dos camponeses são selecionadas e, depois disso, destinadas às escolas mais próximas. No PAA, a CONAB adquire os alimentos diretamente dos produtores, sem intermediários ou licitações, através de diferentes modalidades, destinando-os a creches, hospitais, escolas, asilos, entre outros.

Nestes últimos cinco anos, com a diminuição dos recursos públicos destinados a essas duas políticas, os camponeses tiveram que buscar e/ou construir outras alternativas para a comercialização de alimentos agroecológicos, como os mercados camponeses. Esses mercados podem ser de vários tipos, como feiras, cestas e lojas agroecológicas e/ou da reforma agrária. Em 2017, somente na RMPA, existiam 25 feiras das quais 45 assentados participavam, segundo a COOPTEC. As feiras agroecológicas, ecológicas ou orgânicas organizadas são uma releitura das

feiras livres convencionais. Enquanto nessas os feirantes são comerciantes que adquirem os alimentos nos CEASA, naquelas os camponeses são, ao mesmo tempo, os produtores e os vendedores dos alimentos. Não existe nesse caso um intermediário, mas sim, uma relação direta. É uma relação que visa, por um lado, a reprodução da família, e, por outro lado, o consumo de alimentos saudáveis. Alguns desses espaços recebem o nome de feira da reforma agrária. E elas são cada vez mais comuns em todos os estados do país.

Além das feiras, os camponeses começaram a organizar cestas de alimentos agroecológicos que são entregues nas casas dos consumidores. O mais interessante é que para dar conta da demanda foi criado um aplicativo de celular para organizar esse processo. O aplicativo se chama Junta Pedido e tem como objetivo conectar os camponeses aos consumidores. Os camponeses vão disponibilizar no aplicativo a sua produção, os consumidores vão selecionar o que desejam, os assentados vão organizar as cestas e, depois disso, entregá-las. Além das cestas, existem algumas experiências de Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) e a CSA, quando a comunidade dá suporte à agricultura. Outro espaço de comercialização é a loja da reforma agrária localizada no Mercado Municipal de Porto Alegre. A loja surgiu em meados dos anos 1990 em outra localização, mas enfrentou vários problemas relacionados à gestão, voltando a funcionar nos anos 2000 no espaço do mercado público. Na loja é possível adquirir as hortaliças e o arroz agroecológicos, além de açúcar, mel, farinha, temperos, bolachas, carnes de frango, leite, entre outros alimentos processados ou industrializados.

Na RMPA, a medida que a produção de alimentos agroecológicos se expandiu, outras demandas foram surgindo, como a organização social e econômica dos camponeses na produção de sementes e mudas, a certificação orgânica, o processamento dos alimentos e a sua comercialização em mercados institucionais e populares. Dessa forma, foi através da agroecologia que os camponeses estão conseguindo organizar um sistema alimentar próprio. A reforma agrária, a agroecologia e a soberania alimentar são o tripé desse sistema alimentar. Isso porque, sem a redistribuição de terras, sem a territorialização do campesinato, sem a constituição de territórios

camponeses não há produção de alimentos. Em outras palavras, sem os camponeses não há produção agroecológica, muito menos soberania alimentar. Com a agroecologia, os camponeses construíram sistemas de produção, industrialização e comercialização de alimentos próprios.

São sistemas gestados pelos camponeses, sistemas nos quais esses sujeitos possuem poder de decisão e atuam ativamente em sua construção. Diferente da condição de subordinação ao sistema alimentar capitalista. No sistema alimentar camponês, a relação com a natureza é de coevolução, as técnicas e tecnologias utilizadas estão em consonância com a natureza e o modo camponês de fazer agricultura. São, de acordo com Schiavinatto *et al.* (2019), tecnologias socioterritoriais - tecnologias criadas na articulação de práticas tradicionais e inovações externas. O sistema produtivo se inicia no cultivo das mudas e das sementes, também agroecológicas, evolui para a produção dos alimentos, passa pela sua industrialização, quando necessária, chegando à comercialização. Toda a logística desse sistema é pensada pelos camponeses. E isso não é um processo fácil ou simples. São mais de 20 anos nessa jornada, entre erros e acertos, entre camponeses que passam a fazer parte desse sistema e camponeses que por diversos motivos, e aí entra a questão dos equilíbrios internos e externos à unidade de produção camponesa, que saem, desistem e retornam a uma condição de subordinação.

Para concluir, conforme abordado no primeiro tópico deste artigo, a unidade de produção camponesa é regida por equilíbrios. Dessa forma, o sistema alimentar camponês é sempre um sistema em construção, nunca totalmente pronto, nunca fechado. Ele vai sendo construído e reconstruído de acordo com o contexto agrário, a atuação do movimento socioterritorial e as políticas públicas. E não é um único sistema, são vários sistemas, o do arroz e do das hortaliças. Em outras regiões do estado e do país, a partir de outros movimentos socioterritoriais, os sistemas alimentares camponeses estão em construção. Compreender a dinâmica territorial desses diferentes sistemas é uma agenda de pesquisa cada vez mais necessária, pois nos ajudará a compreender o camponês do século XXI, um camponês que resiste construindo seu próprio sistema de produção, industrialização

e comercialização de alimentos. É o sistema dos camponeses, para os camponeses e a sociedade em geral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A territorialização do capital na agricultura produz a desterritorialização e a reterritorialização do campesinato. Contudo, ao se reterritorializarem, os camponeses, na maioria das vezes, se reproduzem em uma condição de subordinação. E isso ocorre por intermédio da renda da terra. Dessa forma, a reterritorialização do campesinato, por si só, não altera a lógica de dependência, subordinação e marginalização. E em um contexto de ascensão do sistema alimentar capitalista isso se torna tanto a reterritorialização como a reprodução do campesinato na terra se tornam ainda mais difícil de acontecer. Todavia, a partir da sua práxis cotidiana, o camponês percebeu que o único caminho possível era a construção de um sistema alimentar próprio. Um sistema agroecológico e autônomo, baseado na vida, na natureza, na cultura, no modo camponês de fazer agricultura. Um modo secular que resistiu e evoluiu em diferentes modos de produção. Assim, sem a existência e resistência de territórios camponeses, ou seja, sem reforma agrária, sem redistribuição de terras, não há produção camponesa agroecológica, não há territorialidades autônomas.

A agroecologia é a base do sistema alimentar camponês, sem ela, dificilmente os camponeses teriam evoluído tanto na produção, industrialização e comercialização de alimentos. É o caso da produção de arroz. Com a produção convencional, os camponeses se reproduziam em uma condição subordinada, a mercê dos ditames do sistema alimentar capitalista. A sua relação com a natureza, com os outros camponeses, com as técnicas e tecnologias, com a agroindústria, com o mercado era de subordinação. As territorialidades produzidas em seu processo de territorialização eram subordinadas. Por sua vez, em um contexto de perdas, endividamento, doenças, os camponeses decidiram construir outra forma de se produzir alimentos, agora aliada aos ecossistemas locais. Com a expansão da agroecologia outras demandas foram surgindo, exigindo

dos camponeses novas formas de organização social e econômica, novas infraestruturas, maquinários, agroindústrias e mercados, construindo territorialidades cada vez mais autônomas. Essas, por sua vez, ultrapassaram a escala da unidade de produção camponesa, do assentamento rural, da RMPA, transformando-se nos alicerces de um sistema alimentar camponês.

## REFERÊNCIAS

- FERNANDES, B. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 1-57. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/564/1/Quest%\*c3\*%\*a3\*o%20agr%\*c3\*%\*a1\*ria\\_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/564/1/Quest%c3%a3o%20agr%c3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf). Acesso em: 18 jan. 2020.
- GUZMÁN, E. S. **Canales cortos de comercialización alimentaria em Andalucía**. Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012.
- MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: UNIOESTE, 1991. Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, curso ministrado para a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná Sul, de 16 a 18 de outubro de 1991.
- MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. Diálogo de saberes in La Via Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, Routledge, v. 41, n. 6, p. 161-191, 2014.
- MARTINS, A. F. G. **A produção ecológica do arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**: territórios de resistência ativa e emancipação. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M.; MUNHOZ, T. F. Movimentos socioterritoriais e agricultura sustentável: o arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre - RS. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 92, p. 2-6, 2015.
- ORIGUÉLA, C. F. **Território e territorialidades em disputa**: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHIAVINATTO, M.; FERNANDES, S.; SANSOLO, D.; CAROCCA, L. Produção agroecológica e sustentabilidade: possibilidades para a construção da soberania alimentar. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 23, p. 620-630, 2019.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecologica de la produccion campesina. *In:* GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (coord.). **Ecologia, campesinado e historia.** Madrid: Las Ediciones de la Piquet, 1992. p. 197-218.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIA CAMPESINA. **Programa Camponês,** Via Campesina. Porto Alegre, 2016.